

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.207 - SP (2018/0324245-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : VANEIDE DOS SANTOS
ADVOGADOS : SEBASTIAO BOTTO DE BARROS TOJAL - SP066905
ELIENE MARCELINA DE OLIVEIRA - SP243207
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : CARLA SANTOS SANJAD E OUTRO(S) - SP220257

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por VANEIDE DOS SANTOS contra a decisão que inadmitiu o recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA REGULAR REALIZADA POR MEIO DE LOGIN E SENHA DE CONHECIMENTO EXCLUSIVO DA PARTE AUTORA. APELO DESPROVIDO.

I - O Código Civil, em seu artigo 927, parágrafo único, dispõe que haverá obrigação de reparar o dano, independente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar por sua natureza risco para os direitos de outrem.

II - A Caixa Econômica Federal tem o dever de indenizar a parte em razão da responsabilidade civil objetiva própria das instituições financeiras, em face da submissão aos ditames do Código de Defesa do Consumidor, conforme entendimento pacífico da jurisprudência pátria, inclusive sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça: 'Súmula 297. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras'.

III - Da análise do conjunto probatório apresentado, denota-se que as movimentações foram realizadas de forma regular, mediante a utilização de login e senha de segurança, com letras e números, pessoal e intransferível, de conhecimento único e exclusivo da parte autora, tendo sido digitada, possibilitando a realização das operações.

IV - Apelação desprovida" (e-STJ fl. 395).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 411/419).

No especial, a recorrente alega violação dos artigos 373, § 3º, II, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015; 6º, VIII, e 14 do Código de Defesa do Consumidor e 927 do Código Civil.

Afirma a necessidade de inversão do ônus da prova, tendo em vista que apenas a recorrente tem condições de apresentar as filmagens no momento do saque, tanto mais que nas várias vezes que este ocorreu estava no Nordeste, com a posse do cartão, e os saques foram realizados em São Paulo.

Aduz que o Tribunal de origem incorreu em negativa de prestação jurisdicional ao deixar de enfrentar tais questões, relevantes para o deslinde da causa.

Sustenta que houve falha na prestação do serviço, devendo ser indenizada por danos materiais e morais.

Menciona que a recorrida não apenas deixou de apresentar as imagens quando intimada para tanto, como não indicou todos os locais onde ocorreram as movimentações.

Assevera que não pode ser prejudicada pelo fato dos fraudadores usarem expediente diverso do que é usualmente praticado.

O recurso foi inadmitido na origem, sobrevindo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil/2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar.

Na origem, Vaneide dos Santos, ora recorrente, ajuizou ação indenizatória em desfavor da Caixa Econômica Federal objetivando reparação por danos materiais e morais por saques indevidos realizados em sua conta poupança no valor de R\$ 31.650,00 (trinta e um mil e seiscentos e cinquenta reais).

A sentença de primeiro grau julgou os pedidos iniciais improcedentes por entender que os elementos dos autos não confirmam a versão dos fatos narrados pela autora, não havendo indícios de fraude nas operações realizadas no período apontado.

O Tribunal de origem, por sua vez, manteve a conclusão do magistrado primevo, considerando que as operações foram realizadas de modo regular.

No presente recurso, a recorrente alega a configuração da negativa de prestação jurisdicional sob o fundamento de que o acórdão recorrido deixou de apreciar o fato de que estava no Nordeste, de posse do cartão, e muito dos saques foram realizados em São Paulo, o que demonstra a ocorrência de fraude.

Além disso, afirma que a apenas a recorrida tem condições de mostrar as filmagens no momento em que os saques foram realizados e que ela não forneceu todos os locais em que estes ocorreram.

A par de tais premissas, é possível verificar que o acórdão recorrido deixou de analisar matérias essenciais ao deslinde da controvérsia, todas expostas nas razões dos embargos de declaração de fls. 398/403, e-STJ.

Dessa forma, ocorreu a negativa de prestação jurisdicional, devendo os autos retornarem ao tribunal de origem para apreciar os pontos acima indicados.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RESCISÃO DO CONTRATO. ARBITRAMENTO JUDICIAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. DANOS MORAIS. EXORBITÂNCIA. AUSÊNCIA DE EXAME. ARTIGO 1.022 DO CPC/2015.

1. Presente um dos vícios elencados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, é devida a devolução dos autos à origem para re julgamento dos embargos de declaração e completa prestação jurisdicional.

2. Agravo interno provido para dar parcial provimento ao recurso especial" (AgInt no REsp 1.708.003/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 21/08/2018).

Ante o exposto, conheço do agravo a fim de dar provimento ao recurso especial para anular o acórdão de fls. 411/419, e-STJ, determinando a devolução dos autos ao tribunal de origem para reapreciar as alegações apresentadas nos embargos de declaração de fls. 398/403, e-STJ, nos moldes da fundamentação supra.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator